

ORIENTE NEGADO **cultura, mercado e lugar**

O desenvolvimento urbano predominante hoje ignora as relações ancestrais entre espaço público, mercado e cultura. Desejamos mostrar que, no momento, o que importa não é negar o mercado, propósito inútil e com pouca possibilidade de angariar adesões entusiastas, mas, sim, negar o mercado que sustenta a denominada globalização perversa, difusora massiva de ideologias. As relações históricas entre comércio, gestão e sociabilidade devem ser valorizadas. Essas relações, presentes na memória das classes populares, alimentam a vida espontânea dos espaços urbanos.

O direito à cidade fundamenta-se no acesso à terra urbana, o que envolve sobretudo a garantia da habitação. Historicamente, para as classes populares, a conquista deste direito exigiu o enfrentamento de oposições expressivas das alianças das classes dominantes com os estratos sociais médios – nicho de origem dos profissionais envolvidos com a construção da cidade e a regulamentação dos seus usos – e com os poderes instituídos, responsáveis pelo controle social e pelos investimentos.

As marcas, os limites e os custos sociais deste enfrentamento podem ser reconhecidos na paisagem de tantas cidades européias, onde as pequenas ruelas e as paredes irregulares – agora expurgadas das epidemias, das guerras, da miséria e da fome – constituem um registro extraordinário da desigualdade social e do confinamento oriundo de tantas radicais exclusões. Neste sentido, é suficiente recordar, aqui, os bairros judeus da rede de cidades históricas da península ibérica; o desesperante cemitério israelita de Praga e as mourarias. Além disto, os sem-propriedade, como afirma Elizete Menegat (2003), foram sistematicamente excluídos da possibilidade de permanecer num determinado ponto da obra coletiva que é a cidade (Lefebvre, 1969). Como recordá-los num período tão caracterizado pelo ênfase nos objetos, na eficácia da matéria e por uma forma de adesão à imagem que, em grande parte, exarceba as referências à pedra e omite a carne? E, também, por uma forma de manipulação técnica da imagem que, ao reconstituir virtualmente o passado e “completá-lo”, oculta a ação do tempo e, portanto, os limites do próprio trabalho? Nas palavras de Simmel: “O valor estético da ruína unifica o desequilíbrio, o eterno devir da alma que luta consigo mesma, com o contentamento formal, com a delimitação fixa da obra de arte. Por isso, onde não há mais restos da ruína suficientes para fazer sentir a tendência à elevação, ela perde sua sedução metafísico-estética” (s/d apud Souza e Oëlze, 1998).

Sem marcas e nem registros, os segmentos excluídos da cidade só podem ser pensados pelo seu antagonico: a riqueza e a propriedade; as formas e os mode-

los hegemônicos do direito e do urbanismo. Estas breves palavras visam, apenas, assinalar o contraste entre as leituras politicamente necessárias da paisagem urbana, que podem ser apoiadas pela atual valorização do patrimônio histórico, e a informação geralmente estimulada pelo turismo e pela promoção cultural dos lugares.

Transformados em atratores de fluxos de consumidores animados por promessas de acesso à cultura, os ambientes urbanos preservados, higienizados e estetizados por um gosto potencialmente único oferecem resistência à apreensão da vida de relações que animava e articulava, explicando-os, palácios e casebres. Sem dúvida, o estímulo à contemplação, que é tão presente nos arranjos estetizantes dos acervos históricos e na cenarização *clean* ajustada ao tipo médio do consumidor de cultura, equaliza lugares e desconstrói possibilidades de aprendizado (Ribeiro, 1991).

Visita-se, com o mesmo ânimo e a mesma ausência de estímulo à reflexão moral, masmorras, exposições de instrumentos de tortura, restos mortais depositados em vitrines sem respeito à crença que lhes deu origem, pinacotecas e fábricas. Até que ponto as cargas de subjetividade, que existem em cada objeto, podem resistir à voragem de memórias e à produção do espetáculo que caracterizam a contemporaneidade (Simmel, 1902)? Ou ainda, segundo Milton Santos (1996) conduzido por Sartre (1967), até que ponto a perda de sentido do prático inerte afeta a ação que acontece no presente?

O alisamento do ambiente preservado, assim como a sua museificação e mercadorização, frequentemente acompanhadas de sintomas de *voyeurismo* e morbidez, constituem ameaças à ação social na medida em que reduzem a possibilidade de diálogo criador e criativo entre gerações e culturas. Aliás, o argumento preservacionista só se sustenta, ao nosso ver, na medida em que trocas intersubjetivas com as gerações anteriores – tanta vezes difíceis, dolorosas e inspiradoras – podem de fato acontecer. Tais trocas encontram-se limitadas, entretanto, quando a multiplicidade dos objetos e das alternativas de percurso atordoa o processo de reflexão do passado, confundindo o conhecimento necessário com o lazer ansioso, ininterrupto e sempre fugaz.

A construção do diálogo autônomo com o passado, como demonstram com rara força os jovens guias das obras de Orozco em Guadalajara e os professores do Museu Nacional de Antropologia da cidade do México, depende não apenas de informações corretas mas, também, da transposição dos estímulos materiais da memória à reflexão dos dilemas vivenciados no presente. A natureza desta transposição, que é racional e emocional, interfere nos vínculos entre matéria e ação. É por esta razão que cabe indagar: quem reúne os fragmentos oriundos do

preservacionismo num discurso alimentador da ação socialmente conseqüente? Quem desenha a estrutura do caleidoscópio originado dos elos entre hipermodernidade (técnica, interesse e estratégia) e os estratos preservados do passado?

Discurso e imagem constituem os termos-chaves da disputa do processo comunicacional que envolve e condiciona os fluxos de pessoas e mercadorias que reúnem, hoje, cultura, mercado e lugar. Como adverte Muniz Sodré, ao analisar a comunicação contemporânea e seus produtos: “A complexidade dessa nova ordem tecnocultural não nos permite pensá-la, entretanto, como mera instrumentação da esfera econômica. Não há dúvida de que tal ordem, aparentemente apartidária, adequa-se politicamente às perspectivas social-democráticas que, de um lado, atribuem ao mercado a responsabilidade pela alocação dos principais recursos econômicos e, de outro, reservam ao Estado o papel de garantia dos direitos de propriedade e de estímulo ao progresso tecnocientífico – última das utopias do capital. Cultura é aí, portanto, algo pragmaticamente vinculado ao mercado” (1996:31).

Os impulsos que unem cultura e mercado, mediados pela nova base técnica de sustento das atividades econômicas, acontecem nos lugares, em consonância com as estratégias traçadas por aqueles que mapeiam bens culturais (objetos, hábitos e comportamentos) e com a busca contínua por inovação que faz girar a roda, desejada cada vez mais rápida, do consumo. Estes movimentos, que difundem os códigos da nova ordem tecnocultural, desestabilizam e cenarizam lugares, produzindo formas mais sutis de desapropriação cultural e de alienação consumista e, ainda, ameaças permanentes aos investimentos públicos e privados.

Afinal, a redução da complexidade, individualmente percebida e sofrida, é indispensável à complexa operação de comando dos fluxos que atualmente modificam os usos da cidade, sob o estímulo de chamamentos da cultura ou da natureza. Esta operação, calcada sobretudo em informação excepcional, corresponde aos processos de ordenação – e, logo, de controle do acaso e da incerteza – que constituem o próprio âmago da ordem tecnocultural. Porém, o controle do acaso e da incerteza, que impede a ação espontânea e a experiência do surpreendente, equaliza lugares, fragilizando o seu poder de sedução e a sua capacidade de apoiar a reflexão e a ação transformadoras.

De forma ainda mais radical, poderia ser dito que os lugares tendem a perder a sua *uniqueness*, ou seja, as suas características mais íntimas e profundas, amoldando-se a funções necessárias à preservação eficiente dos fluxos da rede mundial de

cidades e do mercado global. Nestas tendências, manifesta-se o fenômeno da ocidentalização do mundo, estudado por Serge Latouche (1994). Este fenômeno, que conjuga economia e pretensões civilizatórias, pressiona o próprio ocidente, racionalizando os usos do espaço historicamente construído e criando redes especializadas, e usualmente excludentes, de cooperação entre operadores da ordem tecnocultural. As exigências da eficiência sistêmica desta cooperação transparecem em referências culturais que transformam passeios no Rio, por exemplo, em verdadeiros safaris ou a produção do rum, em Cuba, num alegre, miniaturizado e lúdico revival da escravidão.

Também a urbanização difusa (Gottdiener, 1993), característica da última modernidade, pressiona a rede histórica de cidades, contribuindo para reduzir a sociabilidade aberta pela aceleração dos fluxos mundiais e para acondicionar os lugares ao programa dominante, ou seja, à programação de usos do espaço urbano imposta, aos lugares e aos seus habitantes, com apoio nos novos suportes técnicos da comunicação e da informação. É com base nestes processos, conduzidos pelo mercado, que desejamos refletir o Oriente negado.

Sobre mercado e cultura

Os movimentos responsáveis pelo alisamento do espaço; pela mercadorização da cultura e pela cenarização da paisagem encontram a resistência do cotidiano, do espaço banal e do denominado, por Milton Santos, homem lento. Nas palavras deste último autor: “Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço ‘inorgânico’ é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias que, para seu conforto, ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobrecem e eliminam a orientação ao futuro. Por isso, os ‘espaços luminosos’ da metrópole, espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos” (1994:85).

Os excluídos e marginalizados, os sem-propriedade e os perigosos de ruelas e becos do passado – agora metamorfoseados em objetos de curiosidade e negócio – reproduzem-se nos anônimos, nos sem-teto e nos migrantes clandestinos de hoje. Estes herdeiros da exclusão (Castel, 1995) têm sido o alvo privilegiado de novas formas de vigilância e controle e, também, de políticas orientadas pelo ideário da tolerância zero (Pinto, 2000). Tais políticas, em contínuo processo de detalhamento gerencial e técnico, buscam afastá-los dos lugares luminosos, onde acontecem os programas que unem patrimônio, cultura e lazer.

Com este afastamento, a iluminação de lugares que, no passado, condensavam a dor e a desigualdade, apóia o ocultamento da dor e da desigualdade do presente, principalmente quando ocorre a mutação mercantil, denunciada por Nestor Garcia Canclini (1983), do étnico no típico. Tal mutação decorre de práticas classificatórias de costumes e de elementos da cultura material orientadas pelo olhar do consumidor e do vendedor de serviços e, não daquele que é o verdadeiro desbravador de oportunidades criativas, insubordinadas e disruptivas. Porém, é dele e dos seus espaços inorgânicos que advêm as inovações realmente radicais, capazes de impulsionar um grande espectro de novos e atraentes bens culturais, de especial relevância para a juventude, como demonstram o *funk* e o *hip-hop* (Vianna, 1997; Carrano, 2003).

É com base nestas observações que pode ser dito que a pauta política do direito à cidade, além da habitação e do conjunto de direitos urbanos mais comumente reconhecidos, precisaria incluir o direito à originalidade e ao efetivo encontro de formas autônomas de vida, onde se inclui a reinvenção tanto da democracia (Santos, 2002) quanto do mercado. A homogeneização da cultura e a equalização dos lugares renegam raízes e sustentam a eficácia abstrata, que é antagônica à experiência dos homens lentos e, portanto, ao depósito de ensaios, de acertos e erros, e às manifestações da subjetividade que são intrínsecos à obra.

Assim, se a cidade é obra e não somente produto ou mercadoria, como afirma Henri Lefebvre, torna-se indispensável rever diretrizes atuais da política urbana que, ao estimularem o consumo, espetacularizam a cultura, a cidade e os seus usos. Esta política tem insistido na atualização de atos do palácio ou expressivos de uma empobrecida alegoria do príncipe maquiavélico – roteiros deslumbrantes, arquitetura de grife, mega eventos, messianismo cultural do Estado – numa conjuntura em que o crescimento da violência, do racismo e da guerra exigem a horizontalização das oportunidades econômicas e de criação.

Apaguemos portanto, pelo menos por algum tempo, os holofotes e escutemos o rumor e os gritos dos espaços inorgânicos, imaginando-os menos distantes, menos segregados, menos folclorizados. O que poderia ser apreendido numa experiência como esta? Talvez, outras formas de fazer cidade e de aprender, neste fazer, com a cultura do Outro: mortos e vivos. Desta experiência hipotética, também poderia advir a descoberta de formas de realização da economia menos excludentes, competitivas e desapropriadoras de territórios e bagagens culturais.

Assim, com a noção de Oriente negado, pretende-se indicar tanto as áreas ainda não atingidas frontalmente pela ordem tecnocultural como a força dos espaços inorgânicos e dos homens lentos nas resistências à exclusão em espaços lumino-

— |

— |

sos do agir hegemônico. Estas resistências são particularmente relevantes pelas formas de dominação que caracterizam a ocidentalização do mundo. Como diz Serge Latouche: “Com a descolonização, os missionários chutados do Ocidente deixaram o centro do palco, mas “o branco ficou nos bastidores e puxa os cordões’. Esta apoteose do Ocidente não é mais a presença real de um poder humilhante por sua brutalidade e sua arrogância. Ela se apóia nos poderes simbólicos cuja dominação abstrata é mais insidiosa, mas, por isso mesmo, menos contestável. Esses novos agentes da dominação são a ciência, a técnica, a economia e o imaginário sobre o qual elas repousam: os valores do progresso” (1996: 26).

Entre as resistências, incluem-se as práticas sociais que buscam garantir a circulação e a permanência do Outro nos espaços públicos. É indispensável reafirmar a circulação e a permanência como dimensões essenciais do direito à cidade, frente à crise do trabalho, ao aumento da exclusão social e à difusão de ideários de segurança que ampliam a segregação sócio-espacial e cultural. Neste contexto, manifesta-se a precariedade do diagnóstico que hoje sustenta as propostas hegemônicas de reestruturação urbana - economia de serviços e inovações tecnológicas, apoiadas em empreendedorismo (Harvey, 1996; Compans, 1999). Com base neste diagnóstico, divulga-se modelos de política urbana responsáveis pelo esvaziamento de centros históricos e pela desintegração mercantil dos lugares, ao que cabe acrescentar o desconhecimento dos vínculos tradicionais entre espaço público, mercado, cultura e linguagem.

O que importa, no momento, não é negar o mercado, propósito inútil e com pouca possibilidade de angariar adesões entusiastas, mas, sim, negar o mercado que sustenta a denominada, por Milton Santos, globalização perversa, difusora massiva de ideologias: “Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado” (Santos, 2000: 18, 19).

Através dos elos indissociáveis entre economia e política, instalam-se as condições para que, juntamente com a expansão avassaladora do mercado citada por Milton Santos, ocorra a crise da política. Sinais desta crise podem ser claramente identificados em propostas que reduzem a problemática urbana à sua dimensão local, criando a ideiação de um mundo conformado por uma espécie de edição atualizada de cidades-estados que, ironicamente, poderíamos associar à frágil alegoria do príncipe antes citada. De fato, não é difícil associar a ideia de cidades-estados à cidade do pensamento único, reconhecida por Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia

Maricato (2000), e nem tampouco a alegoria do príncipe às obrigações hoje atribuídas aos prefeitos.

Porém, enquanto a política adequa-se a orientações estratégicas que conduzem à focalização dos investimentos e à hierarquização de prioridades em cada política social, aumentam a competição entre lugares e o nível da abstração das relações mercantis, articuladas à financeirização da economia. Desta maneira, a logística que apóia a localização de empresas e iniciativas é a mesma que acelera o desenraizamento de populações e culturas, ampliando as contradições sociais no epicentro dos lugares aquinhoados pelas formas mais avançadas de realização do capitalismo.

A periferia desloca-se para o centro, como demonstra a relevância assumida pelo tema da exclusão social nos países centrais, por mais que sejam fortalecidos os mecanismos de segurança e as barreiras que procuram reter a luta pelo acesso a oportunidades. Afinal, a própria ampliação dos mercados tensiona, permanentemente, os novos muros, físicos ou virtuais, que acompanham a globalização da economia. Além disto, a desestabilização de formas de vida, originada na competitividade entre corporações, aumenta a transumância e amplifica necessidades de consumo, num período em que a reestruturação produtiva destila a seletividade social.

Neste período, grandes transformações espaço-temporais rompem perspectivas evolucionistas e possibilidades de generalização de modelos para o planejamento da economia e para o ordenamento do espaço, apesar da extraordinária pressão exercida, sobre os governos locais, para que ocorra a aceitação de diretrizes da denominada nova gestão. As transformações espaço-temporais atingem diretamente o planejamento urbano, desafiando a totalidade das políticas públicas e as formas de convencimento que, historicamente, associaram política e cultura.

As ágeis hibridações espaço-temporais criam o predomínio da incerteza, que busca-se evitar através de acréscimos técnicos e da absorção exarcebada de leituras estratégicas dos contextos sociais. Entretanto, a crise da modernidade, que resulta em crise institucional e das normas que orientam as expectativas coletivas, impõem a reflexão simultânea e tentativa tanto dos direcionamentos característicos da hiper-modernidade quanto da pré-modernidade, como também propôs Henri Lefebvre (1984). Aliás, a própria interrogação ética da hiper-modernidade, em suas conseqüências cotidianas, depende da recusa ao aprisionamento da reflexão nos códigos político-culturais e nos determinantes econômicos do Ocidente. Não se trata, apenas, de aceitar ou tolerar a existência de outros comportamentos e culturas ou, ainda, de pleitear a defesa de um harmonioso multiculturalismo mas, de

dialogar com as práticas do Outro – passado e presente – em busca de alternativas para a crescente desigualdade social e a violência.

Da mesma maneira que acontecem, atualmente, fortes questionamentos às esferas institucionalizadas da vida social, responsáveis pela experiência de cidadania restringida e de democracia minimalista (Coutinho, 1991; Bobbio, 1985), comuns a tantas sociedades, crescem os desafios relacionados à reconstrução da capacidade integradora da economia, como exemplificam as iniciativas reunidas no conceito de economia solidária (Singer, 2001), as extensas redes de trocas construídas em vários países latino-americanos, o crescimento do número das cooperativas populares e as práticas de auto-gestão que procuram recuperar empresas falidas e plantas industriais estagnadas.

Acredita-se, a partir destes exemplos e da extensão alcançada pela crise societária, que precisem ser particularmente valorizados os vínculos históricos entre comércio e sociabilidade construídos pelo Outro, para além da versão hegemônica de mercado que acompanha a ocidentalização do mundo. O exame dos vínculos entre comércio e sociabilidade correspondem à possibilidade de reflexão da inteligência que constrói reais caminhos para a negociação entre culturas e, também, para a superação do lucro e da competição como únicos comandos das trocas econômicas.

As trocas econômicas e os movimentos do intercâmbio constroem mediações que – orientadas pela linguagem, por solidariedade e pela cooperação – podem resistir ao rigor e à eficiência, e logo à exclusão, exigidos por agentes econômicos dominantes e, também, ao predomínio do valor de troca sobre as necessidades e carências humanas, expressas em valores de uso e noutras dádivas, como indicam Brasilmar Ferreira Nunes e Paulo Henrique Martins: “Bourdieu (1994), por exemplo, enxerga na cidade algo mais amplo que uma economia de trocas mercantis, sendo este ‘algo’ as trocas simbólicas (...) Mauss (1999), por outro lado, diria que a cidade é um ‘fato total’, no qual a atividade econômica constitui apenas uma das partes da troca geral e onde a troca de bens materiais vale tanto quanto a troca de gentilezas, festas, sorrisos, etc” (2001: 16, 17).

A atividade relacional é constitutiva da troca e do intercâmbio, que podem ultrapassar os objetos e a negociação mercantil, incluindo, potencialmente, a subjetividade e a totalidade da cultura. É esta possibilidade que transparece na vitalidade dos mercados pré-colombianos retratada pelo próprio colonizador (Benítez, 1986); na liberdade vivenciada nas cidades medievais e na inteligência popular que conquista milimetricamente espaços de negociação nas áreas luminosas do Rio de Janeiro. Assim, a própria noção hegemônica de mercado pode ser questionada por sua incapacidade de oferecer condições de construção cultural da sociabilidade, na

medida em que recusa as carências e as táticas (Certeau, 1998) dos homens lentos e desconhece a autonomia relativa dos lugares.

Nesta direção, José de Souza Martins (1997) oferece exemplos da racionalidade alternativa que orienta a produção camponesa face àquela orientada pelas ordens do mercado capitalista e, também, exemplos de economia não-monetarizada que expressam os movimentos da frente de expansão que constrói o território brasileiro. Este autor ainda traz referências ao comércio extracapitalista que se realiza entre tribos indígenas, como indicam os processos estudados por Dominique Gallois entre o povo Waiãpi: “Os estudos de Gallois sobre esse povo mostram uma complexa e surpreendente teia de relacionamentos entre diferentes grupos indígenas, incluindo um grupo de ex-escravos negros fugidos das fazendas da Guiana francesa e retribalizados, para fazer circular esses produtos entre eles. Um comércio inteiramente extracapitalista e, até se poderia dizer, extracomercial porque inteiramente estranho aos princípios e realidades econômicos em que esses produtos foram gerados” (p. 171).

Estas rápidas referências apóiam a afirmação de que os impactos da globalização sobre a economia e a política podem adquirir uma face dialógica, completamente diversa daquela que, de forma ininterrupta, estimula a competitividade e difunde atos programados e estreitamente geridos. A diversidade cultural, cujo contraditório acesso é viabilizado pelos próprios fluxos econômicos na escala mundial, trazem a possibilidade de aprendizados radicalmente novos. Tais aprendizados, se bem estudados e apropriados, contêm promessas de resgate de práticas ancestrais, ainda presentes na memória das classes populares.

Estas práticas, unindo mercado e sociabilidade, poderiam permitir a valorização da vida espontânea dos lugares, auxiliando no desvendamento de formas urbanas inclusivas e na real revitalização dos espaços públicos. Por que seguir, cegamente, modelos que negam a força dos lugares, a sua historicidade e a sua originalidade? Trata-se, agora, de retomar percursos abandonados na modernidade radicalizada (Giddens, 1990), como tão bem indicado por Henri Lefebvre (1984) ao realizar a análise crítica da vida cotidiana na denominada sociedade burocrática de consumo dirigido. A subordinação irrefletida às determinações desta sociedade, associada à ordem tecnocultural, tem ampliado desigualdades e processos de exclusão, o que atinge a própria riqueza da vida urbana e, em conseqüência, a relevância societária, que é econômica e política, dos espaços públicos. O mercado constitui uma categoria a ser rigorosamente revista, sob os signos da solidariedade (Millán, 1994), da sociabilidade e da sabedoria na negociação inteligente e efetivamente criadora de condições essenciais à vida coletiva.

Bibliografia

- ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BENÍTEZ, Fernando. *La ruta de Cortez*. México: Fondo de Cultura Económica, 3a edição, 9a impressão, 1992.
- BOBBIO, Norbert. "Podrá sobrevivir la democracia?" In *Los limites de la democracia*, Buenos Aires, CLACSO, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*, Paris, Seuil, 1994.
- CANCLINI, Nestor Garcia. "Políticas culturais na América Latina" In *Novos Estudos CEBRAP*, Vol. 2, N. 2, julho, 1983.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e cidades educadoras*, Petrópolis, Vozes, 2003.
- CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*, Petrópolis, Vozes, 3a edição, 1998.
- COMPANS, Rose. "O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local". In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, N.1, maio, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. "Pluralismo: dimensões técnicas e políticas". *Cadernos ABESS*, São Paulo, Cortez, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*, Stanford, Stanford University Press, 1990.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- HARVEY, David. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio". *Espaço & Debates*, Ano XVI, N. 39, 1996.
- LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*, Petrópolis, Vozes, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*, São Paulo, Editora Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *La vida cotidiana en el mundo moderno*, Madri, Alianza Editorial, 3a edição, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, São Paulo, HUCITEC, 1997.
- MAUSS, Marcel "Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques" In MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, 1999.
- MENEGAT, Elizete *Limites do ocidente: um roteiro para o estudo da crise de formas e conteúdos urbanos*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IPPUR / UFRJ, 2003.
- MILLÁN, René (comp.) *Solidaridad y producción informal de recursos*, México, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.
- MUNIZ SODRÉ. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*, Petrópolis, Vozes, 1996.
- NUNES, Brasilmar Ferreira Nunes e MARTINS, Paulo Henrique. "Apresentação: dádiva e solidariedade urbanas". In *Sociedade e Estado*, Volume XVI, N. 1 / 2, 2001.
- PINTO, Céli Regina Jardim. "Para além da tolerância". In *Caderno CRH*, N. 32, janeiro / junho, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "O espetáculo urbano no Rio de Janeiro: comunicação e promoção cultural". *Colóquio Internacional Grandes Metrôpoles de África e de América Latina*, Toulouse, 27-29 de novembro, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Souza *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*, São Paulo, HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*", Rio de Janeiro / São Paulo, Record, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

SIMMEL, Georg (1902) "A moldura. Um ensaio estético" In Jessé Souza e Berthold Oëlze (org) *Simmel e a modernidade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

SINGER, Paul "Economia solidária versus economia capitalista". *Sociedade e Estado*, Volume XVI, N. 1 / 2, 2001.

VIANNA, Hermano. *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.